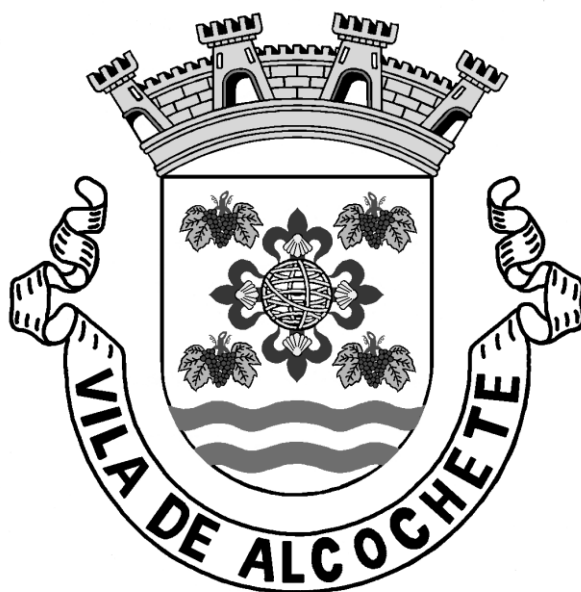




**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**N.º 02/17**

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

**REALIZADA**

**EM 23 DE MARÇO DE 2017**

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezassete, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Fernando Manuel Catum Leiria, encontrando-se presentes os seguintes membros:

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

- Rui Manuel da Graça Santa, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Rodolfo Soares Marques Pereira, João Ladislau Teles de Matos, Paula Alexandra Ferrão Pereira, Henrique de Menezes Infante da Câmara, Sérgio Miguel Pratas Duarte, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, Luís Manuel Teopisto Cardoso e Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade.

*Pelo Partido Socialista:*

- Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Bruno José Pereira Soares e Manuel Carlos Bento Fradiano.

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

- Pedro Miguel Tarú Canteiro e Patrícia Pinto Felizes Figueira.

*Pelo Partido Social Democrata:*

- Luiz Branco Batista.

*Presidentes das Juntas de Freguesia:*

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltaram à sessão:

Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por Ana Cristina Tavares de Almeida Brandão.

Mário Luís Pintado Alves, por motivos profissionais, tendo sido substituído por José Paulo Ribeiro Sena, uma vez que João Ricardo Figueiredo Lopes, também por motivos profissionais não pôde estar presente.

Maria Amélia Martins Faria dos Santos, que justificou a sua ausência por motivos de saúde.

Faltaram também à sessão o presidente da Junta de Freguesia do Samouco, António Joaquim Gomes Almeirim (CDU) e João Manuel Alves Nunes do Valle. (PSD).

Todas as justificações foram aceites.

Pelo executivo municipal encontravam-se presentes o senhor presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os senhores vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Francisco José da Fonseca Giro e Vasco André Marques Pinto.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **PONTO 1 – DESIGNAÇÃO DE QUATRO ELEMENTOS PARA A CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcochete**

Submetido à discussão, o senhor presidente da Assembleia explicou que, em 8 de setembro de 2016 a Lei foi alterada em vários pontos e entrou em vigor no final de outubro. Depois dessa data já se realizaram duas sessões da Assembleia Municipal sem que houvesse informação, por parte da CPCJ sobre este assunto. Depois de ler à Assembleia os emails trocados com a senhora presidente da CPCJ o senhor presidente esclareceu que face ao sucedido (tendo em conta que já houve uma reunião da CPCJ), estes quatro elementos que foram anteriormente indicados pela Assembleia Municipal perderam o seu mandato e nesse sentido, iria proceder-se a uma nova designação/eleição.

Disse ainda que é entendimento da Mesa que, na CPCJ, os quatro elementos (que representam cerca de 26% ou 27% da Comissão Alargada) deveriam fazer transparecer a correlação de forças que existem nesta Assembleia, propondo que as bancadas do PS, do CDS-PP e do PSD designassem, cada uma, um elemento e a bancada da CDU designasse três elementos., de forma a fazer refletir a maioria que é a Assembleia Municipal, concretamente da CDU.

O senhor deputado Pedro Canteiro, da bancada do CDS-PP, perguntou se a intenção é refletir o que foi a percentagem de voto nas Eleições, uma vez que, até aqui, tinha sido sempre um representante de cada bancada, questionando o senhor presidente se a sua intenção era ver representado aquele que foi o peso das eleições autárquicas.

O senhor presidente da Assembleia esclareceu que um representante da cada força política era o entendimento do seu antecessor mas o seu é diferente.

Ao abrigo da alínea d) do artigo 12.º do Regimento da Assembleia Municipal, a bancada do CDS-PP solicitou um intervalo de 5 minutos para discussão do ponto, o qual foi concedido.

Após os 5 minutos os trabalhos foram retomados.

As bancadas do CDS-PP e do PSD não indicaram nenhum elemento, a bancada do PS indicou o nome de Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes e a bancada da CDU indicou os nomes de Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Henrique de Menezes Infante da Câmara e Ana Cristina Tavares de Almeida Brandão.

Submetido à votação, por escrutínio secreto, foi obtido o resultado de 18 votos a favor, 1 voto em branco e 1 voto nulo.

O senhor deputado Luiz Branco Batista ausentou-se da sala e não votou.

Desta forma, foram designados Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Henrique de Menezes Infante da Câmara e Ana Cristina Tavares de Almeida Brandão como representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcochete.

**PONTO 2 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DOS INVESTIMENTOS A SEREM FINANCIADOS POR EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO VALOR DE €450.000,00**

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, com 14 votos da CDU, 3 votos do PS e 3 votos do CDS-PP.

Não votou o senhor deputado Luiz Branco Batista, por se encontrar ausente da sala.

**PONTO 3 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DOS INVESTIMENTOS A SEREM FINANCIADOS POR EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO VALOR DE €375.900,00**

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, com 14 votos da CDU, 3 votos do PS e 3 votos do CDS-PP.

Não votou o senhor deputado Luiz Branco Batista, uma vez que apenas regressou à sala após a votação deste ponto.

**PONTO 4 – AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO VALOR DE €450.000,00 – ANÁLISE DE PROPOSTAS E APROVAÇÃO DE MINUTA DO CONTRATO**

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 3 abstenções do PS e 18 votos a favor (14 da CDU, 3 do CDS-PP e 1 do PSD).

A proposta foi, desta forma, aprovada pela maioria dos membros em efetividade de funções, nos termos definidos no n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

**PONTO 5 – AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO VALOR DE €375.900,00 – ANÁLISE DE PROPOSTAS E APROVAÇÃO DE MINUTA DO CONTRATO**

Submetido à discussão, o senhor presidente da Câmara disse que em relação às propostas que a Câmara submeteu para apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, estas correspondem a mais uma etapa no processo que visa concretizar investimentos importantes para o concelho de Alcochete, mais concretamente, propostas que viabilizam a requalificação do miradouro Amália Rodrigues, a ampliação e requalificação da Escola da Restauração, a requalificação do Parque de Merendas, na Fonte da Senhora, a requalificação da praça da República, na freguesia do Samouco e, também, a construção de mais um furo de captação de água, na Fonte da Senhora, que vai, não só, servir a Fonte da Senhora mas também o Passil e o parque industrial ou logístico do Passil.

Assistindo ao sentido de voto manifestado, relativamente às anteriores propostas, o senhor presidente antecipou que o sentido de voto será exatamente idêntico, no que diz respeito a esta última proposta relacionada com investimentos. Disse que, em relação ao Partido Socialista se nota uma coerência, quanto ao sentido de voto manifestado aquando da deliberação que teve em consideração os documentos previsionais mas, quanto ao CDS-PP e ao PSD, nota-se, claramente e sem deslumbramento, um aproveitamento político da situação, porque se trata de deputados municipais que votaram contra os documentos previsionais apresentados pela Câmara Municipal de Alcochete.

Dessa forma, se esse sentido de voto tivesse acolhimento maioritário, não se realizariam investimentos desta natureza no concelho de Alcochete, portanto, como estamos em época de pré-eleições, vale tudo na “gerigonça da direita alcochetana”, que tenta apresentar-se, perante o eleitorado, como uma coligação que viabilizou os investimentos referidos anteriormente. O senhor presidente disse que seria totalmente incoerente, da parte da Câmara, deixar passar isso em claro.

Explicou que se trata de uma “gerigonça da direita alcochetana”, já devidamente firmada, e até acha que há já muitas pessoas com receio, em relação aos comportamentos do deputado Luiz Batista, até porque o senhor presidente tenta ser uma pessoa atenta a todos os locais onde, de forma livre e com liberdade de expressão, se escreve em relação à política local e não pode deixar de sorrir quando há certos membros, militantes do PSD, com quem o CDS-PP está coligado e que, em tempos, pugnaram por uma nova anexação do concelho de Alcochete ao concelho do Montijo, virem agora tecer considerações em relação ao cabeça de lista da “gerigonça da direita alcochetana”. Considera que os alcochetanos vão ficar muitos satisfeitos por tomarem conhecimento destas circunstâncias absolutamente notáveis e dignas de registo.

Disse que antevia que o CDS-PP e o PSD iriam votar no mesmo sentido, apesar de terem votado contra os documentos previsionais, como se votassem na generalidade, porque não entendem que nas sessões da Assembleia Municipal, ao contrário da Assembleia da República, não há votação na generalidade, na especialidade e na globalidade. Neste órgão, vota-se contra, quando se está contra os investimentos; vota-se a favor, quando se está a favor dos investimentos e, no mínimo, opta-se pela abstenção por algumas razões, consideráveis, ou não.

Em relação ao Partido Socialista está tudo dito, porque há coerência no sentido de voto, até porque houve propostas do Partido Socialista que correspondem a estes investimentos. Em relação ao CDS-PP e ao PSD, houve um voto em massa contra os documentos previsionais que, se tivesse sido maioritário (felizmente, não foi), prejudicaria as populações em causa por essa teimosia pré-eleitoral, porque foi um voto político, uma vez que tiveram de votar contra para se distanciarem da proposta apresentada pela maioria. Será, assim, mais uma votação com a abstenção, certamente, do Partido Socialista e com os votos a favor do CDS-PP e do PSD que caem numa situação de absoluta incoerência dessa “gerigonça da direita alcochetana”, que começa a trilhar o seu caminho.

A terminar, o senhor presidente disse que considera que muitos se arrependerão de alguns comportamentos de alguns protagonistas desta “engenhoca mal firmada” que é esta coligação da direita, em Alcochete.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 3 abstenções do PS e 18 votos a favor (14 da CDU, 3 do CDS-PP e 1 do PSD).

A proposta foi, desta forma, aprovada pela maioria dos membros em efetividade de funções, nos termos definidos no n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Relativamente aos pontos 2, 3, 4 e 5, fizeram Declaração de Voto, pelo PS, a senhora deputada Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, pelo PS, e a senhora deputada Natacha Patrícia Bexiga Patinha, pela CDU.

**PONTO 6 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS SEGUROS POR UM PERÍODO DE 2 ANOS (PROC.º 1595/16/CP) – AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DOS ANOS 2017 E 2018 E COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS**

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 3 abstenções do PS e 18 votos a favor (14 da CDU, 3 do CDS-PP e 1 do PSD).

**PONTO 7 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS SEGUROS POR UM PERÍODO DE 2 ANOS (PROC.º 1595/16/CP) – AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 49.º DA LOE 2017**

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 3 abstenções do PS e 18 votos a favor (14 da CDU, 3 do CDS-PP e 1 do PSD).

**PONTO 8 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE *PRINTING & FINISHING* E DE COBRANÇAS INTEGRADAS (PROC.º 195/17/CP) – AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 49.º DA LOE 2017**

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 3 abstenções do PS e 18 votos a favor (14 da CDU, 3 do CDS-PP e 1 do PSD).

O senhor deputado Luiz Branco Batista ausentou-se da sala.

Excecionalmente, e com a permissão do senhor presidente da Assembleia, a senhora deputada Natacha Patinha interveio para referir que, relativamente aos pontos 6, 7 e 8, gostaria de salientar que existem alterações legislativas, bem como a criação de leis, que, muitas vezes, são positivas. Alteram-se algumas coisas, corrigem-se outras, modificam-se outras tantas e, normalmente, o efeito é sempre positivo. Isso é exatamente o oposto daquilo que aconteceu com este Orçamento de Estado, no artigo 49.º e também através do Decreto-Lei n.º 25/2007 que, na verdade, vêm exigir que as Assembleias Municipais deem a sua aprovação, sempre que se trata de compromissos plurianuais, de gestão puramente do Executivo, e que têm de ser legalmente aprovados pela Assembleia.

Isto, a seu ver, de nada serve porque, na prática, chegando a uma Assembleia em que se a maioria (como é o caso) for CDU, certamente estes assuntos passam mas, de qualquer forma, o serviço público terá sempre de esperar por esta aprovação em Assembleia ou então, não sendo aprovado, terá depois mais tarde de se ver como é que a situação será corrigida, mas sendo certo que o serviço público terá sempre de esperar pela decisão da Assembleia.

Considera que a situação não é aceitável e é de difícil compreensão. É um processo meramente burocrático, não se conseguindo perceber onde se quis chegar com esta aprovação porque se o argumento é a fiscalização do município, a verdade é que as assembleias municipais já o fazem e, portanto, não eram necessárias estas disposições legais para que isso acontecesse. Tudo isto acaba por pôr em causa a prestação do serviço público com qualidade que, no fundo, é o que se pretende e contraria até mesmo o processo de descentralização, que está neste momento a ser discutido, em que se pretende exatamente o inverso daquilo que estas disposições diziam que é criar uma maior autonomia, sempre considerando que o serviço público de qualidade deve ser prestado da melhor forma possível pelos executivos.

O senhor presidente da Assembleia disse que, também de futuro, sempre que as bancadas quiserem intervir a título excecional, terão a sua permissão.

O senhor deputado Luiz Batista entrou na sala.

**PONTO 9 – CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NAS FREGUESIAS DE SAMOUÇO E S. FRANCISCO (PROC.º 1641/16/CP – AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA NOS TERMOS DA LOE 2017)**

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

Em seguida procedeu-se à leitura da ata em minuta que, após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

**ENCERRAMENTO**

E nada mais havendo a tratar, pelas 22:15 horas, o senhor Presidente declarou encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Tânia Cláudia Soares Ribeiro Rodrigues Barrinha da Cruz, assistente técnica, subscrevo e assino.

A ASSISTENTE TÉCNICA,

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL